

Acertar os Ponteiros

OS presidentes da Câmara e do Senado virão brevemente à público, através do rádio e da televisão, com a resposta da instituição parlamentar às críticas que focalizam diretamente o comportamento dos congressistas. Em notas oficiais, o Deputado Ulysses Guimarães e o Senador José Fragelli lançaram-se à contra-ofensiva por efeito da explosão parlamentar — mais emocional do que política — registrada na sessão de 5ª-feira. Vale, em tempo, a ressalva: não é o Congresso que vem sendo questionado, e sim hábitos parlamentares.

A questão é recente porque o Congresso foi preservado de críticas durante o período autoritário: destituídos de poder de decisão, o Senado e a Câmara desfrutaram de imunidade crítica. A transformação do regime, de que foi prova fulminante a remoção do lixo autoritário, aliás por iniciativa do Congresso, modificou as condições políticas e situou a representação nacional sob a mira atenta da sociedade e de novas necessidades críticas.

Toda a Nação reconhece o esforço e o sacrifício feitos pela Câmara e o Senado para que fosse preservada a instituição parlamentar como ponto de partida na reconstrução política brasileira. O reconhecimento histórico, entretanto, não se fará mediante a anestesia do sentimento crítico, mas exatamente pela correta avaliação do seu papel durante mas também depois do autoritarismo. É esta a fase que atravessamos.

O anúncio de que, em nome da Câmara e do Senado, os seus presidentes darão à sociedade explicações satisfatórias, esvaziou o crescendo emocional que marcou a sessão de 5ª-feira: ganhou-se tempo para que as questões volte ao nível da objetividade indispensável a julgamentos políticos. Nem as críticas podem ter outro alcance que não seja o de realçar a importância do Congresso na construção democrática, nem as imposições do sentimento de dignidade parlamentar devem pretender a imunidade crítica.

Ao contrário de um confronto, como faz supor a escalada emocional e retórica a partir de um episódio fotográfico, não se trata de cobrar indiscriminadamente do Congresso a purificação de todos os seus gestos e práticas. A democracia tornou-se inevitável entre nós exatamente pelo equilíbrio de responsabilidades políticas, que tanto existiram no passado como se multiplicam no presente. O Congresso contribuiu, por omissão, para impedir o autoritarismo de utilizá-lo como pretexto para completar formalmente a ditadura. Pela ação política precisará agora ampliar seu raio de confiança e completar a sua responsabilidade.

A sociedade, preterida pelo autoritarismo, também está reassumindo novas responsabilidades e se vê obrigada a corrigir falhas de comportamento político para poder aperfeiçoar os padrões democráticos que tanta falta nos fazem. Da passagem do autoritarismo à remoção do entulho normativo, pelo Congresso Nacional, o saldo são os sacrifícios que a representa-

ção política e a sociedade fizeram para recomençar o regime democrático desde o princípio. Mas as exigências agora são outras, e de todos se espera maior rigor no desempenho das responsabilidades políticas: do eleitor e dos eleitos, não apenas a relação de confiança na hora de votar, mas durante todo o exercício do mandato.

A nova relação entre a representação nacional e a sociedade não se mostrará salutar para a democracia se for pautada pelo sentido de conivência que tantos males fez no passado. A democracia não pressupõe a imunidade à crítica em seu funcionamento: pelo contrário, faz dessa crítica um ato de lealdade e, portanto, livre de suspeita. É preciso distinguir as razões críticas e excluir as razões ocultas, até prova definitiva.

Há um mal-entendido político manifestado no relacionamento da representação política com a sociedade desde o momento em que, removido o entulho autoritário do caminho eleitoral, deflagrou-se a primeira competição política nas capitais e cidades retomadas pela democracia. A desagregação partidária e as contradições reabertas depois da sucessão presidencial se refletiram no trabalho do Congresso e no processo eleitoral. O episódio do Banco Sulbrasil foi decisivo para situar a instituição parlamentar sob um novo foco de luz: evidenciou a força dos interesses políticos e as dificuldades da nova República como proposta política.

Resvalou a questão para um plano inferior, no entanto, no episódio da fraude na votação eletrônica fotograficamente documentada. O Congresso reagiu com *esprit de corps*, mas numa sociedade democrática o sentimento de corporação acentua incompatibilidades, porque identifica presunção de privilégio. Desde então os mal-entendidos ampliam a desconfiança, que envolveu agora em confronto de suspeita a imprensa e o Congresso. Já é tempo, porém, de se voltar à objetividade que a retórica afastou: a chave da solução política brasileira não está no passado e sim no presente.

Toda a sociedade brasileira tem culpas antigas, pois 64 foi a consequência de erros acumulados muito antes e não corrigidos em tempo, e até negligenciados por soberba democrática. As responsabilidades presentes cobram de todos — sociedade e representação política — uma postura superior para impor-se ao Estado. É preciso, pois, remover-se o entulho dos ressentimentos com a urgência necessária a uma democracia que se fez esperar por tempo excessivamente longo.

O Congresso não é melhor nem pior do que a sociedade que o elege: o nosso é a medida da nossa capacidade e do nosso insatisfatório nível político. A representação política e a imprensa podem e devem ser francos em suas relações, mas com a lealdade que os faz iguais perante os riscos políticos que a democracia não elimina senão pela lucidez de reconhecer e pela coragem de retificar suas imperfeições.